

## O Direito Penal Econômico e o Direito Penal de Defesa do Consumidor como instrumentos de resguardo da Ordem Pública Econômica

MARCO ANTÔNIO ZANELATO  
Promotor de Justiça-SP

Sumário: 1. Introdução — 2. Origem e evolução da legislação penal econômica — 3. O direito penal de defesa do consumidor como um ramo do direito penal econômico — 4. Crimes de consumo. 4.1. Gênese. 4.2. Conceito. 4.3. Localização. 4.4. "Ratio" da inserção de tipos penais no CDC. 4.5. Objeto material. 4.6. Objeto da tutela penal. 4.7. Consumação. 4.8. Agentes — 5. Os crimes do CDC e sua relação com o dever de informar ("caveat venditor")

### 1. Introdução

Contrariamente a algumas correntes doutrinárias, pensamos que a defesa do consumidor só tem a ganhar com a correta tipificação dos crimes econômicos, dentre os quais se inserem os delitos perpetrados contra os consumidores.

J. Marques Borges adverte que "a luta contra a criminalidade sócio-econômica tem dado, em certos países como a Inglaterra, resultados muito mais salientes no campo da atuação preventiva que no aspecto de atuação repressiva"<sup>(1)</sup>. Faz tal advertência baseado em Leigh, para quem "os esquemas previstos na lei civil e administrativa, designadamente através de um apertado sistema de controle e de inspeção da atividade econômica, têm-se revelado mais eficazes que uma legislação draconiana que só deve atuar em *última ratio*"<sup>(2)</sup>.

No Brasil todavia, pode afirmar-se sem medo de equívoco, a situação é diametralmente oposta à da Inglaterra: as leis civis não têm surtido efeitos no campo da prevenção dos ilícitos antieconômicos e o Poder Público tem, por razões históricas, falhado ou se omitido na aplicação das medidas administrativas que visam à prevenção ou mesmo à penalização adequada dos danos sociais que o delinquente econômico pode produzir. Manifesto é o reconhecimento da insuficiência das sanções não penais nesse campo.

Na lição de Eduardo Correia, o ilícito penal consiste na violação de um dever jurídico tipificado pelo legislador, atendendo à gravidade do dano causado, ao alarme social, à frequência dos atos ilícitos, à sua irreparabilidade, à forma de violação da lei, ao reconhecimento da insuficiência das sanções não penais, dentre outros fatores<sup>(3)</sup>.

Daí resulta a necessidade de incriminação de certos fatos perturbadores da vida econômica, como a adulteração e sonegação de produtos, os ilícitos fiscais, a cartelização de preços, a comercialização de produtos impróprios ao consumo, a publicidade enganosa ou abusiva, os atentados à economia popular e às relações de consumo.

Recorre-se, assim, ao expediente das sanções penais, como "a *última ratio* contra as vontades recalcitrantes", no magistral dizer de Nelson Hungria<sup>(4)</sup>.

### 2. Origem e evolução da legislação penal econômica

Não é de hoje a necessidade de tipificar penalmente as condutas atentatórias à ordem econômica, vista no sentido lato. A Constituição outorgada a 10 de novembro de 1937, proclamando o intervencionismo do Estado no domínio econômico, para conciliar o bem coletivo com os interesses individuais, no art. 141, estatuiu:

"A lei fomentará a economia popular, assegurando-lhe garantias especiais. Os crimes contra a economia popular são equiparados aos crimes contra o Estado, devendo a lei cominar-lhes penas graves e prescrever-lhes processo e julgamento adequados à sua pronta e segura punição".

No capítulo dos "Direitos e Garantias Individuais" encontrava-se o inciso XVII do art. 122, *verbis*:

"Os crimes que atentarem contra a existência, a segurança, a integridade do Estado, a guarda e o emprego da economia popular serão submetidos a processo e julgamento perante tribunal especial, na forma que a lei estabelecer" (destacamos).

Aos supracitados preceitos constitucionais passou a corresponder o Decreto-lei n.º 869, de 18 de novembro de 1938, "Projeto de Nelson Hungria, que declaradamente se inspirara no Projeto do Código Penal argentino de J. Coll e Eusébio Gomez, nas propostas da Comissão de reforma do Direito Penal na Alemanha e na legislação e jurisprudência norte-americanas"<sup>(5)</sup>. Segundo o emérito Nelson Hungria, esse diploma fora mais do que uma lei antitruste, como se verificava das entidades criminais que ele definia, que podiam ser classificadas em monopólios, fraudes e abusos contra a economia popular e usura (pecuniária ou real). Ele considerava como crime contra a economia popular todo o fato que representava um dano efetivo ou potencial ao patrimônio de um indefinido número de pessoas<sup>(6)</sup>.

A esse diploma penal sobreveio a Lei n.º 1.521, de 26 de dezembro de 1951, ainda vigente<sup>(7)</sup>, que enumera abusos do poder econômico muito aquém da realidade. É que tal lei não fez mais do que repetir o Decreto-lei n.º 869, que, conforme confessou o seu autor, foi elaborado de afogadilho, porque encomendado com urgência, contendo falhas a serem supridas<sup>(8)</sup>.

Havia, pois, a necessidade de uma lei específica e abrangente para a apuração e repressão aos abusos do poder econômico. Uma lei que permitisse ao Estado exercer ação fiscalizadora para evitar que organizações monopolísticas limitassem o comér-

cio, eliminassem a concorrência, elevassem os preços, retardassem o desenvolvimento econômico, acarretassem, enfim, o rompimento do equilíbrio social.

Somente aos 10 de setembro de 1962 foi sancionada a almejada "Lei Antitruste" (Lei n.º 4.137), resultando de um projeto apresentado por Agamemnon Magalhães, aos 15 de abril de 1948<sup>(9)</sup>.

Essa lei, todavia, para as formas de abuso do poder econômico nela descritos, estabelece sanções apenas no campo administrativo, aplicáveis pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE. A sua natureza jurídica, portanto, é de ordem administrativa, não contendo, as figuras ilícitas nela contempladas, tipicidade penal<sup>(10)</sup>.

Assim, malgrado o advento da chamada lei Antitruste, continuou a Lei n.º 1.521/51 a ser o único diploma a estabelecer sanções penais para condutas de abuso do poder econômico, e com o mesmo defeito de outrora: previsão de tipos de direito penal econômico aquém da realidade sócio-econômica. Tal diploma não se afigurava instrumento hábil ao cumprimento dos princípios constitucionais da repressão ao abuso do poder econômico, caracterizado pelo domínio dos mercados, da eliminação da concorrência e do aumento arbitrário dos lucros<sup>(11)</sup>.

Na vigência da Constituição revogada, o insigne Miguel Reale já advertia sobre a necessidade de atualização da legislação sobre a prevenção e repressão dos abusos do poder econômico, "sobretudo após o advento das empresas multinacionais que, por sua estrutura e situação, dispõem de meios e recursos que lhes permitem auferir lucros indevidos, em detrimento da economia nacional". Por isso, propunha a equiparação de seus administradores à dos gestores particulares do setor financeiro, tanto do ponto de vista civil como penal<sup>(12)</sup>.

Segundo René Ariel Dotti, "uma tentativa de positivar adequadamente o Direito Penal Econômico resultou no anteprojeto da Parte Especial do Código Penal", que "reservou um Título próprio (n.º XII) para a previsão dos delitos contra a ordem econômica, financeira e tributária. Os **delitos contra a ordem econômica** foram agrupados sob as modalidades seguintes: domínio de mercado e eliminação da concorrência, discriminação de preços, condições nomopolísticas provocadas, oscilação provocada de preços, venda abaixo do preço de custo, publicidade exclusiva, subordinação de venda de bem, subordinação de utilização de serviço, elevação de preços, especulação abusiva e recusa ou inexatidão das informações (arts. 375 a 384)"<sup>(13)</sup>.

O texto desse anteprojeto, devidamente revisado, no qual se procurou sistematizar a legislação extravagante, foi entregue ao Ministro da Justiça em 18 de outubro de 1984, mas, lamentavelmente, não foi avante, perdendo-se nos escaninhos do Ministério da Justiça. Perdeu-se, assim, uma grande oportunidade de se estabelecer efetivo progresso no campo da repressão da criminalidade econômica.

O progresso, porém, veio a **posteriori**. Primeiramente, com a promulgação da Lei n.º 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os chamados crimes financeiros, tendo ela resultado do substitutivo ao projeto n.º 273, de 1983, elaborado pelo então Procurador-Geral da República José Paulo Sepúlveda Pertence, a qual resgatou parte das figuras delitivas previstas no anteprojeto "engavetado" (da Parte Especial do Código Penal), no referente aos crimes contra a ordem financeira. E, ao depois, com a edição da Lei n.º 8.137, de 27 de dezembro de 1990, que resultou de projeto que transitou paralelamente ao projeto da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, que instituiu o chamado Código de Defesa do Consumidor, provavelmente sem intercomunicação dos autores de ambos os projetos, embora houvesse pontos

de intersecção entre estes (vide, v.g., o crime do art. 66 do CDC e o do art. 7.º, inc. VII, da Lei n.º 8.137/90, e o delito do art. 62 (vetado) do mesmo Codex e o art. 7.º, inc. IX, da mesma lei).

Esse é um exemplo marcante da forma desordenada, desarticulada e assistemática com que nossos legisladores apreciam os projetos que lhe são apresentados para aprovação.

A citada Lei n.º 8.137/90, ao definir crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, preencheu, junto com o Código de Defesa do Consumidor, a nosso ver, a grande lacuna que existia no campo da repressão da criminalidade econômica, repressão esta perseguida desde a edição da Lei n.º 1.521, de 26 de dezembro de 1951, ou seja, há cerca de quarenta anos.

A Lei n.º 8.137/90 é, no tocante aos crimes contra a ordem econômica, a faceta penal da Lei n.º 4.137, de 10 de setembro de 1962<sup>(14)</sup>. Além de criminalizar os ilícitos administrativos previstos neste último diploma, aquela lei pinçou vários dispositivos da Lei n.º 1.521/51 e os introduziu no seu texto, ab-rogando alguns e derogando outros, como tivemos oportunidade de abordar em nosso **Apontamentos sobre crimes contra as relações de consumo e contra a economia popular**<sup>(15)</sup>. De resto, criminalizou alguns comportamentos ilícitos surgidos e desenvolvidos amiúde à época dos sucessivos planos econômicos que assolaram este País, sob o calor de eliminar a espiral inflacionária. Dentre tais condutas, merece destaque a consistente na venda ou exposição à venda de produtos por preço superior ao estabelecido em regime legal de controle — desrespeito a congelamento de preços (art. 6.º, inc. I, fine), a aplicação de fórmula de reajustamento de preços ou indexação de contrato proibida, ou diversa daquela que for legalmente estabelecida, ou fixada por autoridade competente (art. 6.º, inc. II); exigir, cobrar ou receber qualquer vantagem ou importância adicional de preço tabelado, congelado, administrado, fixado ou controlado pelo Poder Público — cobrança de ágio (art. 6.º, inc. III); defraudação de preço por meio de alteração, sem modificação essencial ou de qualidade, de sinal externo, marca, embalagem, especificação técnica, descrição, volume, peso, pintura ou acabamento de bem ou serviço — prática de **maquiagem** (art. 7.º, inc. IV, letra "a").

Esse diploma legal, promulgado no apagar das luzes do ano de 1990, enquanto a atenção dos empresários voltava-se para a tramitação, no Congresso Nacional, do projeto do Código de Defesa do Consumidor, reúne, no seu bojo, além de crimes contra a ordem tributária (arts. 1.º a 3.º), delitos contra a economia popular, por ela denominados de crimes contra as relações de consumo (art. 7.º), denominação esta que, provavelmente, foi plagiada do projeto do Código do Consumidor, e contra a ordem econômica (art. 4.º a 6.º). A exceção dos crimes previstos no art. 6.º, que são figuras criadas por influência de necessidades surgidas durante a vigência de planos de estabilização econômica, quase todas as demais infrações identificam-se com as formas de abuso do poder econômico descritas na Lei Antitruste (Lei n.º 4.137/62), como assinalado linhas atrás.

O aparato construído para neutralizar a ação dos que ferem a ordem econômica complementou-se com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90), promulgado em 11 de setembro de 1990 e em vigor desde 12 de março de 1991, ao inserir, no seu bojo, infrações penais contra as relações de consumo (arts. 63 a 73), que, na sua maioria, constituem violação da ordem econômica do Estado, à medida que põem em cheque a credibilidade que o sistema sócio-econômico existente pretende oferecer aos consumidores, como adiante se verá.



### 3. O direito penal de defesa do consumidor como um ramo do direito penal econômico

“O direito penal do consumidor surge, em tempos recentes, como um capítulo do direito penal econômico”<sup>(16)</sup>. Assim, o estudo desse ramo do direito deve partir, necessariamente, do conceito do direito penal econômico.

Não tem sido possível a elaboração de um conceito de direito penal econômico isento de críticas, nem, também, tem sido reconhecido unanimemente o conteúdo deste ramo do direito<sup>(17)</sup>.

A melhor compreensão em torno dessa disciplina “está na linha de consequência direta com a evolução de um Direito Econômico como novo ramo jurídico que viria nascer em decorrência da superação de concepções de contornos clássicos sobre a economia liberal”<sup>(18)</sup>, segundo os quais o Estado só devia intervir na economia quando se tornasse absolutamente necessária a remoção de alguns obstáculos ao livre jogo das atividades individuais. “Fora daí, seu papel deve ser o de parte revel, adaptando-se a um retraimento passivo ou acomodatório. É a fórmula do *laissez faire, laissez passer*, de Gournal”<sup>(19)</sup>.

O direito econômico nasce exatamente como decorrência da superação do estágio do *laissez faire*, em que o Estado se mantinha indiferente quanto ao desenvolvimento da economia, e passa a constituir um conjunto de normas que lhe permitem agir diretamente sobre a economia e regular a organização e o desenvolvimento econômico, com vistas ao bem-estar de toda a coletividade.

Na Alemanha, o direito econômico é considerado como um conjunto de medidas tendentes a limitar e dirigir a atividade econômica e como meio de política econômica. Constituem-no matérias tão diversas como preços, subsídios, restrições de concorrência, abuso do poder econômico, socialização dos meios de produção, comércio externo e concorrência desleal.

O âmbito do direito econômico, é bom que se frise, depende do modelo político-econômico de cada país. O traço comum que o caracteriza no contexto das nações está em que constitui um conjunto de regras que limitam a liberdade de comércio e a autonomia dos contratantes.

Pode afirmar-se que o direito penal econômico é um ramo específico do direito econômico, como instrumento de resguardo, por via da pena criminal, dos bens jurídicos de caráter supra-individual, distintos do patrimônio dos particulares, conquanto possa alcançar os interesses dos participantes, consumidores ou competidores<sup>(20)</sup>.

O direito penal econômico, no dizer preciso de Heleno Claudio Frago, “é o que se refere a fatos que lesam ou expõem a perigo uma determinada ordem econômica”<sup>(21)</sup>. Para ele, “são claramente crimes econômicos, em nosso sistema de direito, algumas das infrações penais previstas no art. 3.º da Lei de Economia Popular (Lei n.º 1.521, de 1951): destruição de matérias-primas ou produtos com o fim de determinar alta dos preços; ações destinadas a impedir a competição; participação em consórcios ou conglomerados para impedir ou dificultar a concorrência, visando aumentar os lucros; açambarcamentos de matérias-primas ou produtos para provocar alta de preços; **dumping** ou venda de mercadorias abaixo do custo para liquidar a concorrência”<sup>(22)</sup>.

Esse entendimento está na linha da doutrina de Eduardo Novoa Monreal, segundo a qual o conceito de delito econômico decorre, necessariamente, da identificação do bem jurídico afetado, ou seja, a ordem pública econômica de uma

nação. Ele ofende o sistema econômico vigente no país, organizado no interesse público<sup>(23)</sup>.

Para Klaus Tiedemann, o delito econômico também é “a lesão ou o perigo da vida e ordem econômica, considerada independentemente de prejuízos individuais”<sup>(24)</sup>.

Fundado nas lições de Manoel Pedro Pimentel e Eduardo Novoa Monreal, o insigne Prof. Sérgio Marcos de Moraes Pitombo, assinala que “os crimes contra a ordem econômica, assim, guardam por objeto jurídico a segurança e a regularidade da boa execução da política econômica do Estado, ou, ainda, a proteção e a preservação de uma ordem pública econômica. Tal objeto representa interesses e bens supra-individuais, logo marcadamente impessoais e de disponibilidade nula”<sup>(25)</sup>.

Como se vê, a doutrina não dissente que, nos crimes econômicos, o bem jurídico tutelado é a ordem econômica, composta esta por bens jurídicos coletivos ou supra-individuais, que, por necessidade conceitual, transcendem os bens jurídicos individuais<sup>(26)</sup>.

“As infrações penais econômicas são constituídas por violações à organização econômica do Estado, tipificadas criminalmente. Na nossa perspectiva devem tipificar-se como crimes econômicos todos aqueles que ponham em causa a credibilidade da organização econômica constante da Constituição, repercutindo-se na confiança que ao público deve merecer essa organização. Estas infrações violam, além de bens jurídicos individuais, interesses gerais da sociedade, que se consubstanciam em normas reguladoras da produção, circulação e distribuição dos bens”<sup>(27)</sup>.

Não obstante a identificação do interesse tutelado nos crimes econômicos, o conteúdo do direito penal econômico não tem sido reconhecido unanimemente. A falta de um critério verdadeiramente diferenciador de direito penal econômico tem levado os autores a adotar um critério formal, onde são enunciados os tipos de crimes enquadráveis nesse ramo de direito.

Nessa linha e de acordo com um critério proposto em 1977, pelo “Comitê Europeu para os Problemas Criminais” do Conselho da Europa, consideram-se abrangidos pelo direito penal econômico, dentre outros, os seguintes tipos de infrações: formação de cartéis, abuso do poder econômico pelas empresas multinacionais, infrações fiscais, infrações cambiais, infrações contra os consumidores, concorrência desleal, publicidade enganosa e violação de normas de segurança e saúde<sup>(28)</sup>.

No Brasil, estão abarcados pelo direito penal econômico os crimes tipificados nos arts. 4.º, 5.º e 6.º da Lei n.º 8.137, de 27.12.90, e no art. 3.º da Lei n.º 1.521, de 26.12.51, uma vez que todos, indiscutivelmente, afetam a ordem pública econômica.

Também pertencem ao campo do aludido ramo do direito os crimes contra a saúde pública previstos no Código Penal (arts. 267 a 285), porquanto podem atingir a saúde de um número indeterminado de pessoas, violando normas sanitárias postas pelo Estado, como pode suceder com o delito de “envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal” (art. 270).

Já no referente aos crimes contra as relações de consumo, independentemente de estarem previstos no Código de Defesa do Consumidor, na Lei n.º 8.137/90 ou noutros diplomas (com outras nomenclaturas — economia popular, por exemplo), impende consignar que, na sua maioria, são enquadráveis na categoria de infrações penais econômicas, por constituírem violação da organização econômica do Estado,

à medida que põem em causa a defesa dos interesses vitais dos consumidores, de sorte a afetarem a credibilidade que o sistema político-econômico existente pretende oferecer aos consumidores.

Assim, no caso de desrespeito à tabela ou controle de preços (art. 6.º, inc. I, da Lei n.º 8.137/90), a existência no mercado de preço diferente do estabelecido pelo Estado lesa gravemente o sistema criado e a sua credibilidade, atacando frontalmente o interesse vital dos consumidores em adquirirem os bens pelos preços tabelados ou controlados, que o Estado definiu como os mais adequados ao modelo econômico instituído.

Comercializar produtos impróprios ao consumo (art. 7.º, inc. IX, da Lei n.º 8.137/90) representa uma atuação contrária ao regular funcionamento do mercado e um perigo grave para a saúde do consumidor. Fica evidente, nesta hipótese e na anteriormente citada, a supra-individualidade do interesse tutelado pela lei, traço característico e presente em todos os delitos econômicos.

De outra parte, incontestável se afigura o enquadramento, no gênero infrações econômicas, dos crimes de omissão de informações sobre riscos de produtos (arts. 63 e 64, **caput**, do CDC) e de omissão de retirada de produto defeituoso do mercado (art. 64, parágrafo único, do CDC), porque a realização de tais condutas é capaz de afetar a segurança e a saúde dos consumidores, que têm interesse vital na sua proteção. Idêntico raciocínio aplica-se ao crime de desobediência na execução de serviço de alto grau de periculosidade, previsto no art. 65 do CDC, pois que tal comportamento, que viola norma administrativa de segurança, é suscetível de atentar contra a saúde do consumidor.

Também integram o rol dos delitos de ordem econômica aquelas infrações penais previstas nos arts. 66, 67, 68 e 69 do Código do Consumidor. Todas guardam íntima relação com o dever de informar, de forma clara, precisa e verdadeira, do fornecedor. Esse dever decorre do direito do consumidor à informação verdadeira e adequada, que se traduz, no âmbito da oferta não-publicitária enganosa (art. 66) e da oferta publicitária enganosa ou abusiva (arts. 67 e 68), “em não poderem ser produzidas informações parciais e desleais sobre as características dos bens e serviços, de forma que o consumidor possa fazer uma escolha racional e consciente entre os bens e serviços concorrentes, utilizando com segurança e satisfatoriamente os mesmos. Esse direito à informação verdadeira consubstancia-se no dever de serem rigorosamente verdadeiras, precisas e esclarecedoras as indicações afixadas em rótulos, prestadas em locais de venda ou divulgadas publicitariamente, quanto à natureza, composição, quantidade, qualidade, prazo de validade, utilidade e forma da utilização, preço e demais características relevantes dos bens e serviços”<sup>(29)</sup>.

As condutas criminosas violadoras do precitado dever de informar, enumeradas no CDC, afetam, inequivocamente, a credibilidade que o sistema econômico deseja oferecer aos consumidores, por violarem a veracidade da informação dirigida ao público consumidor, com sério risco de dano à sua saúde, ao seu patrimônio e a outros bens jurídicos merecedores da tutela penal.

Com efeito, a publicidade falsa das características de um produto cria apetência ao consumidor para o seu consumo, levando-o a adquiri-lo com o perigo de prejuízo a sua vida, segurança física ou satisfação, o que contraria os interesses do Estado, no contexto da preservação da ordem pública econômica, em assegurar ao consumidor uma escolha racional dos produtos e serviços, a proteção de seus interesses de segurança e sua satisfação na aquisição.

Diante do que já se expôs, dúvidas não remanescem de que o direito penal do consumidor se subsume no âmbito do direito penal econômico, enquadramento este que, só por si, justifica a criminalização de certas condutas que se traduzem em abusos de consumo, para “garantir o respeito aos direitos e deveres decorrentes do regramento civil administrativo que orienta as relações entre fornecedores e consumidores”<sup>(30)</sup>.

“Ao lado de medidas de direito privado que garantam o reequilíbrio entre o profissional forte e o consumidor desarmado, impõe-se a intervenção do direito penal, já que os abusos de consumo afetam toda a sociedade e, por isso mesmo, exigem também uma resposta social”<sup>(31)</sup>, que se opera por via do instrumento das sanções penais em matéria de consumo.

O objetivo último do sancionamento penal de condutas que ferem as relações de consumo é levar os seus agentes (fornecedores) ao cumprimento de um dever genérico de abstenção de qualquer prática suscetível de pôr em perigo a incolumidade físico-psíquica ou o patrimônio do consumidor difusamente considerado, de sorte a lhe assegurar o seu bem-estar. A finalidade é, assim, corretiva e preventiva, o que confere à sanção penal maior eficácia.

Busca-se, com a tipificação penal dos crimes de consumo, antes de mais nada, a prevenção do dano aos interesses primordiais do consumidor. “O interesse sancionatório manifesta-se em momento anterior ao aparecimento do dano, como demonstração de pavor extremado do sistema à ocorrência do resultado”<sup>(32)</sup>. De fato, com a punição penal em matéria de consumo, o Estado, sempre atento à preservação da ordem pública econômica, quer evitar que o consumidor seja lesado nas relações de consumo que, no dia-a-dia, estabelece com os fornecedores de produtos e serviços.

Não faria sentido condicionar a aplicação da sanção penal à ocorrência de um dano efetivo ao consumidor, pois isto “corresponderia, na prática, à impunidade e à perda de eficácia preventiva”<sup>(33)</sup>. Por ser basicamente preventiva a ingerência penal do Estado na esfera das relações de consumo, os tipos penais de consumo são, ordinariamente, crimes de perigo abstrato, consumando-se com a simples realização da conduta capaz de causar dano ao consumidor (dano físico, mental ou econômico), prescindindo-se, pois, do resultado naturalístico de dano efetivo.

A formulação de tipos que representam crimes de perigo atende às “Recomendações do XIII Congresso Internacional da Associação Internacional de Direito Penal”, realizado no Cairo, em 1984, no sentido de que “o emprego de tipos delitivos de perigo abstrato é um meio válido para a luta contra a delinquência econômica e da empresa”<sup>(34)</sup>.

No dizer irretocável de J. Marques Borges, “a produção, circulação, repartição e consumo de bens devem processar-se de forma a assegurar que, desde que os produtos são fabricados até que são postos à disposição do público, não haja distorções no seu desenvolvimento normal”<sup>(35)</sup>.

Os crimes de consumo assumem importante papel na ação preventiva do Estado moderno sobre os diversos estágios da produção e, concordantemente com o tipo de economia e planos econômicos, afiguram-se instrumentos capazes de colaborar decisivamente para evitar desvios aos princípios fundamentais da organização econômica e desenvolvimento econômico do Estado, constantes de sua Constituição Política.



## 4. Crimes de consumo

### 4.1. Gênese

Os primeiros crimes de consumo afloraram com o advento do Decreto-lei n.º 869, de 18 de novembro de 1938, que resultou de projeto de Nelson Hungria, como dito no início deste trabalho, havendo eles remanescido no mais importante diploma penal que àquele sobreveio, qual seja, a Lei n.º 1.521, de 26 de dezembro de 1951, que ainda vigora, embora com diversos dispositivos revogados pela Lei n.º 8.137, de 27 de dezembro de 1990<sup>(36)</sup>.

A denominação que lhes emprestava o precitado Decreto-lei n.º 869, mantida pela Lei n.º 1.521, não era a de crimes contra as relações de consumo mas, sim, a de crimes contra a economia popular.

Malgrado a denominação diferente da atual, o bem jurídico tutelado já era supra-individual, pois que se traduzia na economia popular, entendida esta como "resultante do complexo de interesses econômicos domésticos, familiares e individuais embora como *fictio juris*, constituindo-se *in abstracto* um patrimônio do povo, isto é, de um indefinido número de indivíduos, na vida em sociedade"<sup>(37)</sup>.

A Lei de Economia Popular, como sucede com os diplomas que definem crimes de consumo, tem em mira proteção de interesses ideais, coletivos, que a quase todos pertencem, como membros da coletividade. Assim, protegendo diretamente o interesse metaindividual, acaba por proteger, obliquamente, os interesses individuais dos consumidores, seus naturais destinatários.

A designação "crimes contra as relações de consumo" foi criada pelos autores do Anteprojeto do Código de Defesa do Consumidor<sup>(38)</sup>, aos quais tivemos a honra de emprestar subsídios na formulação dos crimes definidos no Código<sup>(39)</sup>, resultando consagrada no art. 61 do CDC e na Lei n.º 8.137/90.

### 4.2. Conceito

Os crimes de consumo são aqueles que atentam contra a integridade das relações de consumo, as quais se estabelecem entre consumidores e fornecedores. Os conceitos de consumidor e fornecedor, sujeitos da relação de consumo, estão previstos no Código de Defesa do Consumidor.

O art. 2.º, *caput*, traz a definição padrão, *standard*, de consumidor. Os arts. 2.º, parágrafo único, 17 e 19 prescrevem conceitos de consumidor por equiparação. Assim, são também consumidor a coletividade de pessoas que haja intervindo nas relações de consumo (art. 2.º, parágrafo único), as vítimas do evento danoso (art. 17) e as pessoas, determináveis ou não, expostas às práticas nele previstas (art. 29), como, *verbi gratia*, a publicidade enganosa ou abusiva.

Desses conceitos, o único que traz o elemento teleológico (destinatário final de produto ou serviço) é o do art. 2.º, *caput*.

### 4.3. Localização

Os chamados crimes contra as relações de consumo, que compõem um capítulo do direito penal econômico<sup>(40)</sup>, estão previstos nos arts. 63 a 71 da Lei n.º 8.078, de 11.9.90 (Código de Defesa do Consumidor) e no art. 7.º da Lei n.º 8.137, de 27.12.90, que define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo<sup>(41)</sup>.

## 4.4. "Ratio" da inserção de tipos penais do CDC

José Geraldo Brito Filomeno<sup>(42)</sup>, com muita propriedade, preleciona que a preocupação ao capitular-se alguns delitos deveu-se aos seguintes parâmetros:

"1.º) **Especialização**, ou seja, a tipificação de condutas que dizem respeito à defesa do consumidor dentro das obrigações fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor;

2.º) **Harmonização** delas com as normas penais já existentes;

3.º) **Punição** de comportamentos considerados de tal forma graves que seriam insuficientes meras sanções administrativas ou indenizações civis;

4.º) **Prevenção** de novos delitos contra as relações de consumo (*punitur ut ne peccetur*);

5.º) **Efetividade** das normas de natureza civil e administrativa do próprio Código, bem como de outras normas de proteção/defesa indireta e direta das 'relações de consumo'".

A nosso ver, dentro da linha do ensinamento esposado pelo insigne co-redator do CDC, o legislador houve por bem estabelecer sanções penais, ao lado das civis e administrativas, não só para melhor garantir o cumprimento das regras que impõem deveres aos fornecedores, em contrapartida aos direitos básicos do consumidor, mas também em razão das conseqüências deletérias gravíssimas que podem resultar do descumprimento de certos deveres estatuídos no CDC, como, *exempli gratia*, o dever de informar o consumidor sobre a nocividade ou periculosidade de produtos ou serviços (art. 9.º), cuja inobservância pode gerar os chamados acidentes de consumo.

Como já tivemos oportunidade de anotar alhures<sup>(43)</sup>, na definição dos crimes em apreço adotou-se um critério residual, à medida que se procurou excluir aqueles tipos penais que, embora relacionados com o conteúdo das normas de conduta do CDC, já estavam, de uma forma ou de outra, definidos noutros diplomas penais, como, *v.g.*, a Lei n.º 1.521/51 e o Código Penal. Fez-se isso, principalmente, para evitar a criação de dispositivos penais suscetíveis de, em confronto com os de outros diplomas, darem azo ao chamado conflito aparente de normas, que, como é cediço, dificulta sobremaneira o enquadramento da conduta no tipo penal, com favorecimento do delinqüente.

## 4.5. Objeto material

O objeto material dos crimes de consumo é o produto ou o serviço<sup>(44)</sup>, uma vez que são eles o próprio objeto das relações de consumo. **Produto**, consoante o disposto no art. 3.º, § 1.º, do CDC, "é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial". **Serviço**, segundo o art. 3.º, § 2.º, do mesmo diploma, "é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista".

## 4.6. Objeto da tutela penal

A tutela penal, nos crimes de consumo, dirige-se diretamente a um bem-interesse jurídico supra-individual, denominado "relações de consumo", consoante se depreende do disposto no art. 61 do CDC, *verbis*:

"Constituem crimes contra as **relações de consumo** previstas neste Código, sem prejuízo do disposto no Código Penal e leis especiais, as condutas tipificadas nos artigos seguintes" (destacamos).

"O bem jurídico de consumo, ao revés do que sucede com a grande maioria dos amparados pelo direito penal comum, é, normalmente, bem jurídico supra-individual, ou, como preferem outros, bem jurídico social"<sup>(45)</sup>.

A lei protege diretamente a relação jurídica de consumo, bem autônomo e imaterial, e, reflexamente, interesses primários do indivíduo-consumidor, como a vida, a integridade psíquico-física, o patrimônio, etc., posto que, nos delitos contra o consumidor há, normalmente, para além do interesse supra-individual, um interesse do lesado particularmente com a atuação criminosa.

A esse respeito, o insigne Magistrado e jurista lusitano J. Marques Borges, cuidando da inserção do direito penal do consumidor na esfera do direito penal econômico, acertadamente pontificou:

"No âmbito do direito penal de defesa do consumidor o interesse imediato que se visa proteger é o interesse que o Estado tem em que os produtos destinados ao consumo cheguem ao seu destino com respeito pelas normas instituídas desde a produção até o consumo, nas condições que a organização considerou e legislou como sendo as ideais. Ao lado desse interesse imediato existe o interesse mediato do consumidor em adquirir os bens nas condições fixadas pela lei e o poder de exigir que não exista violação simultânea dos dois interesses que a lei penal de defesa do consumidor visou proteger. Assim, tal acontecerá sempre que a atuação do delinqüente incida sobre uma fase do processo produtivo, como na produção e distribuição em que o consumidor não é diretamente lesado, pois ainda não se estabeleceu o elo produção-consumo. Ainda nesta hipótese a conduta do delinqüente econômico representa um prejuízo que poderá não vir a efetivar-se se o produto não chegar a ser adquirido pelo consumidor. De qualquer forma o perigo de lesão do interesse mediato do consumidor é suficiente para que se verifiquem, nas condutas enunciadas, uma dupla violação dos interesses penalmente tutelados pela lei penal na defesa do consumidor"<sup>(46)</sup>.

E prossegue, o grande mestre do direito penal de defesa do consumidor português:

"Se relançarmos um olhar global pelas infrações contra os consumidores, notaremos que, em todas elas, está em causa um interesse supra-individual ligado à produção, circulação e distribuição dos bens; que qualquer das condutas incriminadas é susceptível de abalar a confiança dos cidadãos quanto à credibilidade do modelo econômico instituído; que, finalmente, ao lado dos interesses supra-individuais, existe, sempre, um interesse mediato, de proteção ao consumidor cuja relevância por si só justificaria a incriminação penal das condutas descritas"<sup>(47)</sup>.

O mesmo raciocínio expendido pelo citado mestre aplica-se às infrações penais de consumo descritas no Código de Defesa do Consumidor. Com efeito, em quase todas revela-se claro e indubitável o interesse metaindividual tutelado pela lei. Vejam-se, por exemplo, os crimes dos arts. 63, 64 e 65, nos quais protege-se o interesse imediato do Estado na proteção da segurança e da saúde do consumidor coletivamente considerado e o interesse mediato do consumidor em não adquirir ou utilizar produto ou serviço que ponham em risco a sua vida e integridade física.

## 4.7. Consumação

As infrações de consumo descritas no CDC são, na sua maioria, crimes de perigo abstrato, estando, assim, a sua consumação vinculada à simples demonstração da realização da conduta descrita no tipo. Daí serem crimes de mera conduta, cujo resultado é o próprio perigo que a conduta é suscetível de ensejar<sup>(48)</sup>. Basta, pois, para a sua configuração, a situação objetiva de probabilidade de dano. O *eventus periculi* é presumido pela lei, *juris et de jure*.

## 4.8 Agentes

A teoria do crime é baseada na conduta<sup>(49)</sup>. Conduta é manifestação de vontade. A pessoa jurídica, por não ser dotada de condições psíquicas de imputabilidade, não possui vontade e, conseqüentemente, não é capaz de realizar conduta.

Como, segundo a doutrina clássica (v., dentre outros, Engisch, Petrocelli, Maurach, Mirabete, Delmanto), é inconcebível a existência de crimes sem conduta **que es el punto silar de la teoria del delito**, no dizer de Maurach<sup>(50)</sup>, a pessoa moral não pode mesmo delinquir: **Societas delinquere non potest**. Este tem sido o posicionamento da doutrina clássica.

Todavia, hodiernamente, baseados na teoria da realidade (também chamada de teoria da vontade real ou organicista), existe uma corrente doutrinária que entende, ao revés da doutrina tradicional, que "a pessoa jurídica é um ser real, verdadeiro organismo, cuja vontade não é a soma das vontades de seus associados ou de seus diretores e administradores. Ao contrário, ela possui vontade própria"<sup>(51)</sup>.

"Os defensores dessa teoria afirmam que a impossibilidade de se aplicar sanções penais às pessoas jurídicas, aventada pela doutrina mais antiga, está, atualmente, perfeitamente contornada. Além de penas alternativas preconizadas em substituição às penas de reclusão e de detenção, formas de sanção mais tradicionais, o direito penal dispõe, modernamente, além da multa, da possibilidade de adoção de outras, como a suspensão das atividades por tempo indeterminado ou até da pena de dissolução, que seria a forma mais grave de sanção a ela aplicável"<sup>(52)</sup>.

José Henrique Pierangeli, ilustre membro do Ministério Público Paulista e professor de direito penal na Universidade de São Paulo, aponta a existência de um movimento doutrinário, de grande vulto, que busca o reconhecimento, por via legislativa, da responsabilidade penal das pessoas jurídicas. Tal movimento vem se desenvolvendo de forma mais expressiva nos Estados Unidos e na Europa e tem sido encampado em várias decisões da justiça norte-americana (*Cases Dotterweich*, *Balint*, *Park*, entre muitos outros), enquanto se aguarda a aprovação do **Project of Federal Criminal Code**, que, no art. 402, estabelece a responsabilidade penal das pessoas jurídicas (sociedades anônimas), no tocante a delitos comuns, consistentes na transgressão de deveres impostos à sociedade<sup>(53)</sup>.

Essa nova postura doutrinária certamente decorre da quase impossibilidade de se responsabilizar, nos crimes econômicos principalmente, os autores morais das infrações, recaindo a responsabilidade, ordinariamente, sobre funcionários que agiram sob ordens dos dirigentes da pessoa moral, os quais, temendo represália daqueles, não os incriminam no processo. O resultado prático disso é a reiteração, cada vez mais acentuada, de delitos econômicos.

Com razão, a nosso ver, Camargo Hernández ao advertir no sentido de "ter o dogmatismo jurídico-penal caído em uma excessiva abstração, produzindo uma



profunda separação entre a ciência do direito penal e a realidade social, e que contra isso se reage atualmente”<sup>(54)</sup>.

Sem embargo dos que entendem que o art. 225, § 3.º, da Constituição da República, deva ser interpretado sistematicamente com outros dispositivos da mesma Carta, parece-me inevitável que, hoje, sob a vigência da Constituição de 1988, é possível falar na responsabilidade penal da pessoa coletiva, da qual não se podia cogitar anteriormente ao seu advento.

O art. 225, § 3.º, da CR, é expresso no sentido de que “as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados” (destacamos).

A letra da lei é clara, inequívoca. Não pode ser desprezada, sob o argumento de não poder ser interpretada literalmente mas, sim, sistematicamente.

Dada a supra-individualidade do bem jurídico tutelado nas lesões ao meio ambiente e a gravidade da conduta dos autores dessas lesões, quis o legislador alcançar as pessoas jurídicas responsáveis nas três esferas: civil (reparação do dano), administrativa e penal. A finalidade é social: reprimir dura e eficazmente os que, com o objetivo de lucro desenfreado, valendo-se dos mais escusos meios, transgredindo as normas de segurança e proteção ao meio ambiente, lesam interesses vitais de toda uma coletividade.

Nem se diga que é impossível a aplicação de sanções penais às pessoas jurídicas. Hodiernamente, é indiscutível que certas penas de natureza criminal podem ser aplicadas a pessoas jurídicas (desde que se admita o pressuposto de sua responsabilização penal), em substituição às penas detentivas que se aplicam às pessoas físicas. Com efeito, podem as pessoas morais serem apenadas com multa, suspensão de atividades (como ocorria na Lei n.º 1.521/51) e outras compatíveis com sua natureza, tudo sem prejuízo da responsabilidade penal de seus dirigentes ou representantes.

Na realidade sócio-econômica contemporânea, em que 75% dos casos mais graves de delinquência econômica se realizam sob a cobertura (Deckmantel) de um ente coletivo, com ou sem personalidade jurídica<sup>(55)</sup>, parece-nos imperativa a preocupação de buscar a punição penal da pessoa jurídica, como instrumento de resguardo da ordem pública sócio-econômica, máxime agora que a Constituição Federal abre tal possibilidade no art. 173, § 5.º, ao estatuir que “a lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade desta, sujeitando-as às punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular” (destacamos).

Os crimes contra as relações de consumo, na sua maioria, como já dissemos neste trabalho, afetam a ordem econômica do Estado, integrando, pois, a criminalidade econômica que a Constituição manda a lei reprimir. Diante do disposto no art. 173, § 5.º, entendemos, *data venia* dos doutíssimos entendimentos em sentido contrário, que é possível aplicar sanções criminais à pessoa coletiva em matéria de delitos econômicos, dentre os quais se inserem os crimes de consumo, bastando que sejam as penas compatíveis com a natureza dos entes coletivos, isto é, que possam as sanções ser por eles cumpridas. Seria, assim, o caso de, sem prejuízo da responsabilidade individual de seus dirigentes, aplicar-lhes penas de multa ou outras alternativas às penas de reclusão ou detenção.

Não estamos sozinhos nesse pensar. Júlio Mirabete, ilustre membro do Ministério Público Paulista e Professor de direito penal, autor de obras de respeito, também entende ter a Carta Magna aberto essa possibilidade “prevendo que a lei estabelece a responsabilidade da pessoa jurídica, sem prejuízo daquela dos dirigentes, para sujeitá-la às punições compatíveis com a sua natureza”<sup>(56)</sup>. Assim se posiciona em face dos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular (art. 173, § 5.º) e das condutas e atividades degradadoras do meio ambiente (art. 225, § 3.º).

Cumpra assinalar que a defesa do consumidor perante organizações econômicas poderosíssimas, como as multinacionais, impõe a necessidade de responsabilizar quem quer que interfira na atividade econômica em detrimento do consumidor, inclusive as pessoas coletivas, procurando-se estabelecer um esquema capaz de impedir que, por meio de subterfúgios jurídicos, não sejam punidos os verdadeiros responsáveis pelos delitos, de sorte a se processar a uma verdadeira defesa do consumidor<sup>(57)</sup>.

J. Marques Borges, fundado em estudos de Jean Constante, intitulado **Imputabilidade Penal das Pessoas Coletivas**, pontifica que “o direito britânico aceita a responsabilidade penal das pessoas morais e grupos quando a mesma não possa ser imputada às pessoas físicas. Uma sociedade pode ser responsabilizada pelos crimes de especulação ou açambarcamento, estando apenas excluídos os crimes que, pela sua própria natureza (como a violação ou bigamia), não podem ser praticados pela sociedade. As referências ao direito penal estrangeiro não podem deixar esquecer que só as pessoas individuais podem ser objeto de certas sanções criminais como a prisão. Ora, é esta a última sanção que os autores consideram de maior eficácia quanto aos delinquentes do direito penal econômico. É por isso que o direito penal econômico de defesa do consumidor, não esquecendo a interligação entre culpa e personalidade, **deverá repartir as sanções criminais pelas pessoas singulares e pelas pessoas coletivas**, evitando os ‘biombos’ em que os indivíduos se protegem por detrás das sociedades” (destacamos)<sup>(58)</sup>.

## 5. Os crimes do CDC e sua relação com o dever de informar

Como percucientemente anotou Antonio Herman V. Benjamin, “uma análise atenta revela que, sem exagero, quase todos os tipos penais do CDC estão relacionados, sob os mais variados ângulos, com o tema de informação do consumidor. É assim com os delitos de oferta não publicitária enganosa (art. 66), de oferta publicitária enganosa ou abusiva (arts. 67 e 68), de cobrança irregular de dívidas (art. 71), de perturbação do acesso do consumidor aos arquivos de consumo (art. 72) e de não entrega de termo de garantia adequadamente preenchido (art. 74)”<sup>(59)</sup>.

Isso ocorre porque o direito à informação é, talvez, o mais importante dos direitos do consumidor. O Código do Consumidor, de forma expressa, estatui que é direito básico do consumidor “a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem” (art. 6.º, III).

Destarte, na linha do princípio jurídico de que a todo direito corresponde um dever, ao fornecedor incumbe o **dever de informar** sobre os produtos e serviços que introduz no mercado de consumo. Passou-se da antiga regra do **caveat emptor**, segundo a qual incumbia ao consumidor **informar-se** sobre os produtos e serviços,

de sorte a resguardar-se quanto a eventuais riscos de erro sobre sua qualidade, quantidade, preço e outros aspectos, para a regra oposta do *caveat venditor*, em virtude da qual cabe ao fornecedor o *dever de informar*.

E não podia ser diferente, pois ninguém conhece melhor o produto ou serviço que o seu fornecedor, uma vez que é ele quem o produz ou executa.

No dizer preciso e irretocável de Luc Bihl, "só um consumidor completamente informado pode contratar, em pleno conhecimento de causa, com os fornecedores e desempenhar o papel que deve ser seu, o de parceiro econômico"<sup>(60)</sup>.

## Notas

(1) "Direito Penal Econômico e Defesa do Consumidor", Lisboa, 1982, Ed. Rei dos Livros, pág. 28.

(2) Idem, *ibidem*.

(3) "Direito Criminal", Coimbra, 1963, Apud. BORGES, J. Marques, ob. cit., pág. 19.

(4) "Os crimes contra a economia popular e o intervencionismo do Estado", in Revista Forense, ed. Forense, Rio de Janeiro, 1939, vol. 79, pág. 37.

(5) FRANCESCHINI, José Inácio Gonzaga e FRANCESCHINI, José Luiz Vicente de Azevedo, "Poder econômico: exercício e abuso", São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1985, pág. 9. Elias de Oliveira sustenta que, entre as fontes inconcusas da nossa primeira legislação sobre a repressão contra a economia popular estão somente a "Carta del Lavoro", o Projeto do Código Penal Argentino, com a Exposição de Motivos de seus autores Jorge Eduardo Coll e Eusébio Gomes, e as Propostas da Comissão de Reforma do direito penal alemão, afastando, assim, a influência do direito penal estadunidense (Cf. Crimes contra a Econômica Popular e o Júri Tradicional, Rio de Janeiro, 1952, ed. Freitas Bastos, págs. 21-23).

(6) HUNGRIA, Nelson, "Dos Crimes contra a Economia Popular", Livraria Jacinto, 1939, pág. 16. V., também, OLIVEIRA, Elias, ob. cit., pág. 35.

(7) Embora em vigor, a Lei n.º 1.521/51 teve vários dispositivos revogados (no todo ou parcialmente) pela Lei n.º 8.137, de 27 de dezembro de 1990, consoante tivemos oportunidade de comentar em nosso "Apontamentos sobre crimes contra as relações de consumo e contra a economia popular", in Cadernos de Doutrina e Jurisprudência Civil e Criminal, São Paulo, Associação Paulista do Ministério Público, n. 5.

(8) HUNGRIA, Nelson, em depoimento prestado perante Comissão Especial da Câmara dos Deputados, in Suplemento A, ao n.º 123, de 28.7.61, do CDN, pág. 16 — Apud FRANCESCHINI, José Inácio Gonzaga, ob. cit., pág. 9. Segundo Elias de Oliveira, a Lei n.º 1.521 instituiu como modalidades novas de figuras criminais: a) recusa individual de prestação de serviços essenciais; b) negar ou omitir a entrega de nota de prestação de serviço essencial; c) misturar gêneros de espécies diferentes e vendê-los ou expô-los à venda, como puros; d) idem, em relação aos de qualidades desiguais, para obter mais alto custo.

(9) Sobre a tramitação do Projeto de Lei n.º 4.137/62, com todos os seus incidentes, desde a sua apresentação até a sua transformação em lei, consulte-se José Inácio G. Franceschini, ob. cit., págs. 10 e segs.

(10) Vide, em harmonia com nosso posicionamento, despacho do Conselheiro-Relator no Processo n.º 20.402/80, de 7.10.80 — Apud FRANCESCHINI, ob. cit. 20/21.

(11) Tais princípios estavam previstos no art. 160 da CR anterior e foram repetidos no art. 173, § 4.º da atual.

(12) DOTTI, René Ariel, "A Criminalidade Econômica", in Revista do Advogado, ed. AASP, 1987, n.º 24, pág. 43.

(13) Ob. cit. págs. 43-44.

(14) Lei Antitruste, cujas normas definidoras de ilícitos e sanções, de caráter administrativo, foram mantidas pela Lei n.º 8.158, de 8 de janeiro de 1991 (v. art. 23).

(15) Artigo publicado in Cadernos de Doutrina e Jurisprudência — Civil e Criminal, Associação Paulista do Ministério Público, 1991, n.º 5.

(16) BENJAMIN, Antonio Herman V., "O Direito Penal do Consumidor: Capítulo do Direito Penal Econômico", in Revista de Direito do Consumidor, vol. 1, Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor/Revista dos Tribunais, março de 1992, pág. 109.

(17) BORGES, J. Marques, ob. cit. pág. 25.

(18) DOTTI, René Ariel, "A Criminalidade Econômica", in Revista do Advogado, Associação dos Advogados de São Paulo, n.º 24, setembro/87, pág. 39.

(19) HUNGRIA, Nelson, art. cit., pág. 37.

(20) DOTTI, René Ariel, art. cit., pág. 39.

(21) "Direito Penal Econômico e Direito Penal dos Negócios", in Revista de Direito Penal e Criminologia, n.º 33, 1982, págs. 123-124.

(22) Idem, *ibidem*.

(23) "Reflexões para a determinação e delimitação do direito econômico", trad. de José Carlos Fragoso, in Revista de Direito Penal e Criminologia, vol. 33, Ed. Forense, Rio de Janeiro, 1982, pág. 121 — Apud DOTTI, René Ariel, art. cit., pág. 40.

(24) "El concepto de delito económico y Derecho Penal Económico", in Nuevo Pensamiento Penal, trad. de Leopoldo H. Schiffrin, Buenos Aires, 1975, pág. 463.

(25) "Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional: notas à Lei n.º 7.492, de 1986" in Revista do Advogado, Associação dos Advogados de São Paulo, n.º 24, setembro/87, pág. 27.

(26) TIEDEMANN, Klaus, "Poder Económico y Delito". Tradução de Amélia Mantilha Villegas, Barcelona, Editorial Ariel, 1985, pág. 12. Apud BENJAMIN, Antonio Herman V., ob. cit., pág. 22.

(27) BORGES, J. Marques, ob. cit., pág. 52; vide, também, CORREIA, Eduardo, "Introdução ao Direito Penal Econômico" — Ano III, n.º 1, janeiro/junho 1977, Revista de Direito e Economia.

(28) BORGES, J. Marques, ob. cit., pág. 22.

(29) Idem, pág. 111.

(30) BIHL, Luc, "Le Droit Pénal de la Consommation", Paris, Nathan, 1989, pág. 19. Apud BENJAMIN, Antonio Herman V., ob. cit., pág. 110.



- (31) BENJAMIN, Antonio Herman V., ob. cit., pág. 110.
- (32) Idem, pág. 112.
- (33) ANDRADE, Manuel da Costa, "A nova lei dos crimes contra a economia popular" (Dec.-Lei n.º 26/84, de 20 de janeiro) à luz do conceito de "bem jurídico", in *Direito Penal Econômico*, Coimbra, 1985, pág. 93.
- (34) Apud BENJAMIN, Antonio Herman V., ob., cit., pág. 108.
- (35) Ob. cit., pág. 11.
- (36) V. nota 15.
- (37) OLIVEIRA, Elias de, "Crimes contra a Economia Popular e o Júri Tradicional", Rio de Janeiro, 1952, ed. Livraria Freitas Bastos, pág. 9.
- (38) Autores do Anteprojeto do CDC: Ada Pellegrini Grinover, José Geraldo Brito Filomeno, Kazuo Watanabe, Zelmo Denari, Daniel Roberto Fink, Antonio Herman de V. Benjamin e Nelson Nery Junior.
- (39) Colaboramos na qualidade de integrante da Comissão Conjunta da Procuradoria-Geral de Justiça, Associação Paulista do Ministério Público e da então Secretaria de Justiça de Defesa do Consumidor.
- (40) No mesmo sentido, BENJAMIN, Antonio Herman V., ob. cit., pág. 108.
- (41) Com a denominação "crimes contra as relações de consumo" é a previsão referida. Com outras rubricas (contra a economia popular, contra a saúde pública, abuso do poder econômico) encontram-se crimes de consumo alhures (v.g., arts. 5.º, incs. II e III, e 6.º da Lei n.º 8.137/90, arts. 272, 273 e 278 do Código Penal, e vários dispositivos da Lei n.º 1.521/51).
- (42) Código brasileiro de defesa do consumidor comentado pelos autores do anteprojeto, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1991, págs. 417-418.
- (43) "Apontamentos sobre crimes contra as relações de consumo e contra a economia popular", cit., págs. 47 e segs.
- (44) PIMENTEL, Manoel Pedro, "Aspectos Penais do Código de Defesa do Consumidor", in RT 661, pág. 249.
- (45) BENJAMIN, Antonio Herman V., ob. cit., pág. 121.
- (46) Ob. cit., págs. 52/53.
- (47) Idem, pág. 53.
- (48) O perigo é, segundo a doutrina, um resultado nos crimes de perigo, integrando-se estes, assim, no conceito de nosso direito penal positivo de que não há crime sem resultado (cf. ROCCO, FLORIAN, BINDING, MERKEL, FRANCISCO CAMPOS, dentre outros).
- (49) PIERANGELLI, José Henrique, "A responsabilidade penal das pessoas jurídicas e a Constituição", in RT 684, pág. 278.
- (50) Idem, *ibidem*.
- (51) Idem, pág. 283.
- (52) Idem, *ibidem*.
- (53) Art. cit., pág. 283.
- (54) Idem, *ibidem*.
- (55) Idem, *ibidem*.

- (56) Idem, págs. 284-285.
- (57) BORGES, J. Marques, ob. cit., pág. 39.
- (58) Idem, págs. 40-41.
- (59) "Crimes de Consumo no Código de Defesa do Consumidor", in *Revista de Direito do Consumidor*, RT, dezembro de 1992, vol. 3, pág. 89.
- (60) Ob. cit. pág. 29.

